



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
37.psic@capes.gov.br

ORIENTAÇÕES PARA APCN - 2016

Área de Avaliação: Psicologia
Coordenador de Área: Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (UFBA)
Coordenador-Adjunto: Gerson Aparecido Yukio Tomanari (USP)
Coordenador-Adjunto Profissional: Zeidi de Araújo Trindade (UFES)
Período de Avaliação: 2016
Ano de publicação deste documento: 2016

O presente documento apresenta diretrizes que devem orientar a construção e submissão de propostas de cursos novos (APCNs) para a Área de Psicologia. Ele estrutura-se em três segmentos especificando-se o que se espera de propostas de novos mestrados acadêmicos, de novos doutorados acadêmicos e de novos mestrados profissionais. São apresentadas diretrizes para todas as dimensões que integram a ficha de avaliação de APCNs: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa e atuação profissional, produção intelectual e infraestrutura de ensino e pesquisa. Esta nova versão do documento atualiza e substitui documento similar elaborado no triênio passado de autoria de Antonio Virgílio B. Bastos (Coordenador de Área) e Maria Amália Andery (Coordenadora Adjunta de Área). A expectativa é que o documento possa orientar e balizar as decisões dos grupos ao longo do processo de construção da proposta a ser apresentada para avaliação pela CAPES, evitando lacunas de informação ou características que deixem de atender aos requisitos de qualidade que embasam a avaliação pela Coordenação de Área da Psicologia.

MESTRADO ACADÊMICO

PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve apresentar uma justificativa que revele a relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso com destaque para o desenvolvimento e a geração de conhecimento novo no campo em que se insere. Pode ser enfatizada a contribuição que o curso trará para a formação de docentes e profissionais para lidarem com problemas relevantes do campo de conhecimento naquele contexto específico em que o curso se insere. Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem os objetivos, a área de concentração, linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Esses elementos devem estar bem definidos, articulados uns com os outros de modo coerente e devem ser consistentes com a base de pesquisa do grupo proponente.

Os **projetos de pesquisa** em andamento constituem a base da proposta e são definidos pela atividade de pesquisa dos docentes. Isto é, devem refletir a prática instalada de pesquisa e não propostas dissociadas ou apenas projetadas dessa prática. Devem ser descritos sinteticamente, porém substantivamente, isto é, informando seus problemas ou objetivos, base conceitual, métodos e expectativas de desenvolvimento.

As **linhas de pesquisa** constituem uma referência (temática, teórico-metodológica, de contextos, entre outras) à qual conjuntos de projetos são pertinentes. O grau de abrangência de uma linha de pesquisa depende do arranjo de projetos que se acomodam sob aquela mesma referência.

A **área de concentração** reflete o horizonte de interesses investigativos do grupo. O grau de abrangência de uma área de concentração depende das linhas de pesquisa definidas para o Programa, embora não se limite a elas. Uma área de concentração deve ter uma generalidade que acomode a capacidade atual de pesquisa do grupo, ao mesmo tempo em que admite a incorporação de novas linhas pertinentes ao mesmo horizonte de investigações.

A amplitude de uma área de concentração e de cada linha de pesquisa depende da realidade da atividade de pesquisa do grupo proponente. O importante é que esses elementos da proposta estejam articulados e apresentados de modo coerente.

Eventualmente, uma referência que funcione como linha de pesquisa para um Programa pode ser mais adequada como área de concentração para outro. Por exemplo, vários Programas, hoje, têm como área de concentração "Psicologia", com diferentes linhas de pesquisa, todas pertinentes à referência "Psicologia". Outros Programas têm como área de concentração subáreas da Psicologia, e como linhas de pesquisa temáticas que constituem especializações dessas subáreas. A opção por um tipo ou outro de configuração não é arbitrária; depende do perfil dos grupos de pesquisa instalados, de suas colaborações e de sua capacidade de formação. Assim, a possibilidade de um grupo de pesquisadores propor um Programa demanda uma articulação orgânica dos projetos em execução em torno de referências comuns.

A duração de um projeto de pesquisa é determinada, ao passo que linhas de pesquisa subsistem a projetos específicos. Ao longo de sua história, um Programa pode desativar linhas e criar novas linhas, havendo, contudo, a necessidade de justificar a mudança. Espera-se que a área de concentração, por sua vez, tenha permanência, visto que mudanças em área de concentração implicam instituir uma nova proposta de curso.

Não há, para a área de Psicologia, um número ideal de linhas e projetos de pesquisa. Também não há um número ideal de docentes por linha, mas espera-se que não haja grande desequilíbrio nessa distribuição e que cada linha seja definida por algo mais do que a atividade de um único docente. Ou seja, uma linha de pesquisa de um Programa de PG não se confunde com uma linha de pesquisa individual. Pressupõe, ao menos, dois docentes. Por um lado, não há impedimento de um docente participar de mais de uma linha de pesquisa; por outro lado, espera-se que todos os docentes permanentes desenvolvam atividade de pesquisa vinculada a alguma das linhas propostas.

A proposta deve descrever o conjunto de competências esperadas do egresso do programa. Tais competências devem embasar as decisões relacionadas à estrutura curricular proposta para o curso. A proposta deve assegurar, de forma clara: a) uma sólida formação teórica e metodológica compatível com as especificidades da área de concentração escolhida; b) o desenvolvimento de habilidades para a docência, em função da natureza do mestrado acadêmico.

No tocante à definição de áreas de concentração e linhas de pesquisa, a Área de Psicologia se caracteriza pela diversidade na forma como conceitua seu objeto de estudo e de contextos em que fenômenos psicológicos são estudados. Então, a Psicologia, como ciência e como profissão, adota como princípio o reconhecimento de que não pode prescindir de considerar a existência de interfaces estreitas com inúmeras outras áreas de conhecimento e de práticas profissionais. Tais interfaces envolvem o campo das ciências biológicas (psicobiologia, psicofarmacologia, psicologia evolucionista, etologia e neurociências, por exemplo), têm pontos de ligação com todo o espectro das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, história em temáticas como violência ou em campos como o da Psicologia Cultural e da Psicologia Comunitária), articulam-se de diversas formas com a área da saúde (saúde mental, saúde do trabalhador, psicologia hospitalar, gerontologia, adesão a tratamentos, dependências químicas, dor, entre outros temas), conectam-se com todo o espectro das ciências sociais aplicadas (na área das organizações, trabalho, educação, comunicação, trânsito, interação com o universo da informática, economia, direito) e alcançam os domínios da literatura, da linguística e das artes. Muitas destas interfaces já constituem campos de pesquisa reconhecidos e com tradição construída, como é o caso da Psicologia Ambiental com fortes interfaces com a Geografia, a Arquitetura, a Ecologia. Impraticável citar todas as interfaces possíveis, posto serem inúmeras e abrangerem todas as subáreas da Psicologia.

Os programas da Área comportam, portanto, arranjos diversos que incorporam fenômenos e processos que, necessariamente, requerem abordagem conjunta com outros campos de conhecimento e de práticas. Nesse sentido, ao se avaliar a pertinência de uma proposta à Área de Psicologia, não há exigências ou critérios que restrinjam a possibilidade de exame e aprovação, em caso de mérito, de propostas de cursos que abracem uma perspectiva interdisciplinar na qual a presença da Psicologia seja indispensável e esteja bem justificada. No conjunto de cursos da Área de Psicologia já existem alguns que abraçam tal perspectiva interdisciplinar ou multiprofissional, elemento que os caracteriza como inovadores e potencializadores de análises mais ricas de complexos fenômenos. Tal quadro está refletido, por exemplo, no Qualis de Periódicos da Área, no qual o volume de publicações originárias de áreas outras que não apenas a própria Psicologia é muito expressivo. Da mesma forma, a Área avalia positivamente a constituição de um corpo docente com formação diversificada que possa, em associação com Doutores em Psicologia, aprofundar o conhecimento ou a capacidade de lidar com fenômenos biopsicossociais e com problemas diversos que envolvem comportamento individual, grupos, aspectos ambientais, instituições e contextos sociais, econômicos e

culturais em suas múltiplas e complexas inter-relações.

A **estrutura curricular** do Programa deve ser informada detalhadamente na proposta. Sua apresentação deve abranger o conjunto de componentes curriculares previstos ao longo do curso, incluindo disciplinas, estágios em pesquisa, estágio docente, seminários e outras atividades que podem ser criadas. É indispensável que essa estrutura esteja bem articulada com os demais elementos da proposta, garantindo a formação nas linhas de pesquisa definidas e em acordo com os objetivos declarados. Espera-se que o Programa detalhe na proposta quais são os componentes curriculares obrigatórios para todos os alunos, quais os componentes curriculares que suportam cada linha de pesquisa (que podem ser obrigatórios de linha ou optativos) e quais os componentes curriculares optativos que possibilitam ao aluno o contato com conteúdos não definidos estritamente pela linha de pesquisa em que sua formação estará concentrada. A formação para a atividade de ensino também deve envolver experiências de aprendizagem que vão além do estágio docente (muitas vezes sequer incorporado como um componente obrigatório), a exemplo de componentes curriculares que coloquem o aluno em contato com métodos de ensino, novas tecnologias educacionais, programação e avaliação do processo ensino-aprendizagem, discussões sobre diretrizes curriculares, entre outros possíveis. Portanto, é imprescindível que o percurso típico do aluno de mestrado fique ilustrado na proposta e que este seja compatível com os seus demais elementos.

Não há uma recomendação da área de Psicologia quanto ao número mínimo ou ideal de créditos em disciplinas. Recomenda-se, porém, que a estrutura curricular seja dimensionada de modo compatível com o tempo previsto para a formação. Isso poderá ser verificado com maior clareza se o projeto apresentar também uma descrição da evolução curricular, ou seja, da expectativa de cumprimento dos componentes curriculares a cada semestre do curso.

Na descrição dos **componentes curriculares**, a Plataforma Sucupira prevê apenas campo para cadastro de disciplinas. Recomenda-se, então, que os componentes curriculares diferentes sejam inseridos nesse campo, explicando-se a natureza da atividade de formação. Recomenda-se, também, especial atenção na descrição das ementas e bibliografias. Ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino). Não consistem meramente da descrição do programa, ou da enumeração de suas unidades, mas sintetizam conteúdos que se desdobram nas unidades programáticas. As bibliografias devem ser bem dimensionadas e atualizadas, sendo condizentes com um curso de pós-graduação *stricto sensu* e não de disciplinas de um curso de graduação. Elas devem permitir avaliar se o aluno está entrando em contato com a produção científica clássica e mais recente que é relevante para cada campo específico abarcado pela ementa.

CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A criação de um Programa requer a existência de um núcleo de docentes em dedicação integral às atividades acadêmicas. Considerando a expansão da PG na Área e o quantitativo de doutores em Psicologia e áreas afins que o sistema já oferece à sociedade, a Área estabelece que novas propostas de cursos devem ser integradas por no mínimo 10 docentes permanentes. A Área, no entanto, considerando as assimetrias regionais e as assimetrias entre subáreas que a integram, aceita propostas com um mínimo de 8 docentes permanentes, para Estados e/ou sub-regiões com menor desenvolvimento da pós-graduação e para subáreas com menor cobertura do sistema atual. Esta condição deve ser atendida nas propostas submetidas à apreciação. Ressalte-se que um número maior de docentes não implica necessariamente melhor avaliação.

Deve ficar claro que a ideia de dedicação integral a atividades acadêmicas abarca atividades na graduação, sendo recomendável que o docente da pós-graduação atue, também, em atividades de ensino e de orientação de iniciação científica junto aos alunos de graduação. Espera-se que exista um núcleo de docentes permanentes com carga horária integral dedicada à instituição, das quais pelo menos 20 horas semanais sejam dedicadas ao Programa. É possível, também, que parte do corpo docente (não a maioria) possa ter vínculo empregatício com outras IES e que dediquem entre 10 e 20 horas semanais ao novo programa.

É recomendável que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando seus temas centrais de pesquisa, a participação em atividades que revelam liderança na área (editoração de periódicos, consultorias, participação na gestão de entidades etc.), intercâmbio e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a congruência do docente com as linhas de pesquisa, a maturidade do corpo docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem-sucedidos.

O corpo docente deve ser composto por professores doutores com titulação obtida em Programas brasileiros recomendados pela CAPES ou, se obtida em Programas estrangeiros, revalidada por Programa recomendado.

Segundo a legislação vigente, os docentes de um Programa de Pós-Graduação são caracterizados como professores permanentes, visitantes e colaboradores. O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por

professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta. O mesmo documento define que um docente pode ser permanente em até 3 Programas, desde que a sua carga horária total não ultrapasse 40 horas semanais. Quando houver, na proposta, professores permanentes externos à instituição proponente, deve ficar claro qual o papel desses docentes no programa. O número de docentes externos à instituição não deve ultrapassar 30% do corpo docente. Acima de tal patamar a proposta poderia ser caracterizada como uma associação entre instituições.

A Psicologia, na avaliação de novas propostas, considera em relação à composição do corpo docente que ele atenda os seguintes requisitos: a) 70% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral ao programa, não atuando em outros programas como permanente; b) 30% deve ser a proporção máxima de docentes colaboradores no total do corpo docente, excluindo-se deste total os visitantes; c) no máximo 30% de docentes permanentes participando de até dois outros programas como permanentes. Quando o docente permanente participa de um segundo ou terceiro programa, é necessário que a proposta revele como serão compatibilizados os encargos de orientação e pesquisa no curso proposto com as demais obrigações assumidas na instituição.

O núcleo permanente deve, preferencialmente, incluir docentes com experiência de orientação de monografias de especialização ou de dissertações ou teses em Psicologia ou em áreas afins. Exceções são admissíveis, principalmente em instituições situadas em regiões de pouca tradição em pós-graduação. Espera-se, também, que os docentes propostos para o novo Programa apresentem indicadores de produção bibliográfica consistentes ao longo dos últimos três anos.

É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo ele composto por recém-doutores ou todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um Programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos – e são muitos os casos – devem ser sempre bem-vindos.

As características de várias subáreas da Psicologia tornam admissível que a titulação de alguns docentes orientadores não tenha sido obtida exatamente em algum setor da Psicologia. É inaceitável, no entanto, uma proposta de criação de novo Programa ancorada em um conjunto de docentes em que predominem titulados em outras áreas que não a Psicologia, a ponto de descaracterizar a formação pós-graduada na área.

É desejável que a proposta esteja estruturada de forma a garantir, após a completa implantação do Programa, que cada orientador trabalhe com um número de orientandos apropriado para resultar em condições reais de titulação em prazos aceitáveis pela área (até 30 meses para Mestrado). Ao mesmo tempo, é desejável que o potencial de orientação não seja subaproveitado, uma vez que ainda há carência de titulados em nosso país. Sugerimos que o número de vagas seja definido de forma que, após a completa implantação do Programa, o número médio de alunos por orientador permaneça na faixa de 2 a 6.

Finalmente é importante, desde o seu início, que o programa apresente os critérios que utilizará para credenciamento e descredenciamento de docentes. Tais critérios devem ser, necessariamente, congruentes com o corpo docente inicialmente proposto para o Programa.

ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O grupo de docentes, como um todo, deve apresentar evidências de engajamento em pesquisas nos últimos três anos, o que pode ser explicitado com a indicação de projetos de pesquisa e orientações de iniciação científica concluídas ou em andamento.

É desejável que os docentes estejam engajados em grupos de pesquisa consolidados na instituição ou, ao menos, grupos que possam comprovar engajamento em atividades de pesquisa e alguma produção. Ou seja, a proposta deve apresentar evidências de que os docentes já possuem alguma trajetória de trabalho em colaboração, que justifique a articulação das linhas de pesquisa do Programa.

As atividades de pesquisa, explicitadas nos projetos de pesquisa em desenvolvimento, devem guardar coerência com as linhas de pesquisa nas quais se inserem. Isto não impede, todavia, que existam, em número reduzido, projetos de pesquisa isolados que reflitam interesses peculiares de docentes e que contribuam para a formação discente, ou mesmo como embrião para criação de uma futura linha de pesquisa.

É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do corpo docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

Conquanto as atividades de extensão e transferência de conhecimentos e tecnologias sejam importantes para a Pós-Graduação, é esperado que os projetos desta natureza não sejam apresentados como projetos de pesquisa, salvo as situações em que pesquisa e extensão estiverem efetivamente integradas.

Espera-se que cada docente permanente seja coordenador de pelo menos um projeto de pesquisa congruente com a linha em que se insere. Um docente pode coordenar mais de um projeto assim como ser participante de um projeto coordenado por um colega. Os professores colaboradores também devem estar envolvidos com atividade de pesquisa, mesmo que como participantes de projetos coordenados por outros docentes.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual é um elemento importante na avaliação de uma proposta de curso novo. A expectativa é a de que a proposta deve mostrar evidência de um corpo docente com potencial de, aprovado o curso, apresentar um padrão de produtividade compatível com o desempenho dos demais cursos novos já existentes. A área de Psicologia não trabalha com uma métrica que quantifique e qualifique a produção do grupo docente e que, portanto, gere um indicador quantitativo absoluto para avaliar a produção intelectual de uma nova proposta de curso. Isto não significa que a produção não seja avaliada quantitativa e qualitativamente. Tal avaliação é feita qualitativamente, buscando-se avaliar o potencial de incremento da produção com a implantação do curso. Trabalha-se, tendo como horizonte ou parâmetro de comparação, a produção dos cursos novos e com nota três já existentes. Trata-se, portanto, de uma avaliação de potencial mais do que de desempenho do grupo proponente do novo curso.

Assim, a análise da produção bibliográfica do corpo docente considera se há potencial de que venha a se aproximar, quando o Programa estiver em funcionamento, de níveis de desempenho compatíveis, pelo menos, com os programas de nível 3 já existentes na Área. Não se exige, de início, que a produção científica já seja igual a dos atuais cursos 3, já que os docentes não contam, até o momento da proposta, com a estrutura, as condições e as equipes fortalecidas com os mestrados que os programas em funcionamento dispõem.

Como produção intelectual, a área privilegia: artigos publicados em periódicos, livros, organização de livros e capítulos. Trabalhos completos em Anais de eventos científicos, embora importantes por revelarem a participação dos docentes em eventos científicos, não são incluídos na avaliação. Tais trabalhos completos não são considerados produção bibliográfica final, portanto podem ser publicadas no futuro como artigos ou capítulos de livro. Assim, a produção relatada deve incluir alguma publicação arbitrada, não podendo estar limitada aos artigos em periódicos institucionais de circulação interna, em periódicos estritamente regionais, em revistas jornalísticas ou de divulgação, ou incluir apenas livros e capítulos de livros. Não se está propondo que tais tipos de publicação sejam evitados, mas apontando que não devem predominar publicações desses tipos.

Mais do que um volume excessivo, a produção do corpo docente será examinada nos seus aspectos qualitativos. Os artigos publicados são classificados a partir do Qualis Periódico da Área, observando-se, especialmente, a proporção de itens nos estratos mais elevados (A1 a B1). Na produção em livros e capítulos verifica-se se envolvem a divulgação de pesquisa e a editora do volume. Para além da produção registrada nos últimos três anos, devem ser incluídas na proposta até cinco (5) produções, consideradas as mais importantes da vida acadêmica do docente, que tenham sido realizadas em data anterior ao período de três anos.

A presença de alguns professores mais produtivos, que possam exercer a liderança do grupo, não exime os demais integrantes do corpo docente de apresentar produção. Muitas vezes, o curso inicia com alguns professores muito produtivos, mas é essencial que logo em seguida os demais também mostrem produção. Os docentes devem apresentar uma produção sistemática e qualificada, esperando-se que todos os docentes tenham pelo menos, um item de produção por ano nos últimos três anos.

É importante assinalar que a produção dos docentes colaboradores é, também, considerada para subsidiar a avaliação da sua pertinência à proposta de curso.

É recomendável conhecer os indicadores de produção na área, constantes nos relatórios das avaliações e dos seminários de acompanhamento, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento. Os relatórios das avaliações constantes na página da Área no site da Capes, informam com detalhes o perfil de produção dos Programas com diferentes notas. Consultar tal documento pode fornecer elementos para avaliar previamente a pertinência da produção incluída na proposta.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Infraestrutura de ensino e pesquisa (laboratórios, biblioteca, acesso à internet)

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *online*.

Os laboratórios, equipamentos, *softwares* e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados e dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa.

O cumprimento de tais exigências é imprescindível.

Apoio Institucional e condições oferecidas pela IES para o curso.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposição de novos cursos na área de Psicologia deve observar os critérios definidos para o Sistema de Pós-Graduação como um todo e aqueles adotados pela área de Psicologia em particular. Recomenda-se aos grupos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da área, disponíveis na página eletrônica da CAPES, que explicitam os critérios empregados na avaliação. Recomenda-se, especialmente, que o grupo proponente examine seu perfil em relação às características de organização e desempenho dos Programas atualmente recomendados na área, informações também disponíveis na página eletrônica da CAPES.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

A proposta de um curso novo deve refletir a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do corpo docente permanente.

Recomendações Adicionais

a) Espera-se que a abertura de um curso de Mestrado Acadêmico amplie uma base existente de produção de conhecimento e de formação de docentes. A proposta deve ser explícita no que diz respeito às características dessa base e das atividades de formação já em andamento e por serem incrementadas nos diferentes níveis. No caso da abertura de cursos de Mestrado, a proposta deve explicitar o envolvimento atual e projetado do corpo docente com a formação de graduandos, especialmente em programas de iniciação científica.

b) Exceto nos casos em que há um corpo docente altamente qualificado, produtivo e experiente, a área entende que deve ser proposta, inicialmente, a criação do nível de Mestrado. O Doutorado deve ser proposto assim que houver evidência de consolidação desse primeiro nível, confirmada por nota 4 na avaliação quadrienal. No entanto, se o desempenho do programa aproxima-se do padrão de desempenho dos cursos de nota 4 da Área, a proposta de doutorado pode ser apresentada antes mesmo da avaliação confirmar a nota 4 do Programa proponente.

c) Caso já exista algum outro Programa de Pós-Graduação em Psicologia na mesma instituição, deve haver a preocupação de especificar com clareza em que aspectos o novo Programa proposto diferencia-se do já existente, de forma a garantir que não haverá superposição de subáreas e de linhas de pesquisa.

d) As propostas devem abranger medidas de planejamento para o médio prazo e de avaliação contínua dos indicadores de qualidade do Programa (incluindo critérios para credenciamento/descredenciamento de docentes).

DOUTORADO ACADÊMICO

PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve apresentar uma justificativa que revele a relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso com destaque para o desenvolvimento e a geração de conhecimento novo no campo em que se insere. Pode ser enfatizada a contribuição que o curso trará para a formação de docentes e de pesquisadores para lidarem com problemas relevantes do campo de conhecimento naquele contexto específico em que o curso se insere.

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem os objetivos, a área de concentração, linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Esses elementos devem estar bem definidos, articulados uns com os outros de modo coerente e devem ser consistentes com a base de pesquisa do grupo proponente.

Os **projetos de pesquisa** em andamento constituem a base da proposta e são definidos pela atividade de pesquisa dos docentes. Isto é, devem refletir a prática instalada de pesquisa e não propostas dissociadas ou apenas projetadas dessa prática. Devem ser descritos sinteticamente, porém substantivamente, isto é, informando seus problemas ou objetivos, base conceitual, métodos e expectativas de desenvolvimento.

As **linhas de pesquisa** constituem uma referência (temática, teórico-metodológica, de contextos, entre outras) à qual conjuntos de projetos são pertinentes. O grau de abrangência de uma linha de pesquisa depende do arranjo de projetos que se acomodam sob aquela mesma referência.

A **área de concentração** reflete o horizonte de interesses investigativos do grupo. O grau de abrangência de uma área de concentração depende das linhas de pesquisa definidas para o Programa, embora não se limite a elas. Uma área de concentração deve ter uma generalidade que acomode a capacidade atual de pesquisa do grupo, ao mesmo tempo em que admite a incorporação de novas linhas pertinentes ao mesmo horizonte de investigações.

A amplitude de uma área de concentração e de cada linha de pesquisa depende da realidade da atividade de pesquisa do grupo proponente. O importante é que esses elementos da proposta estejam articulados e apresentados de modo coerente.

Eventualmente, uma referência que funcione como linha de pesquisa para um Programa pode ser mais adequada como área de concentração para outro. Por exemplo, vários Programas, hoje, têm como área de concentração "Psicologia", com diferentes linhas de pesquisa, todas pertinentes à referência "Psicologia". Outros Programas têm como área de concentração subáreas da Psicologia, e como linhas de pesquisa temáticas que constituem especializações dessas subáreas. A opção por um tipo ou outro de configuração não é arbitrária; depende do perfil dos grupos de pesquisa instalados, de suas colaborações e de sua capacidade de formação. Assim, a possibilidade de um grupo de pesquisadores propor um Programa demanda uma articulação orgânica dos projetos em execução em torno de referências comuns.

A duração de um projeto de pesquisa é determinada, ao passo que linhas de pesquisa subsistem a projetos específicos. Ao longo de sua história, um Programa pode desativar linhas e criar novas linhas, havendo, contudo, a necessidade de justificar a mudança. Espera-se que a área de concentração, por sua vez, tenha permanência, visto que mudanças em área de concentração implicam instituir uma nova proposta de curso.

Não há, para a área de Psicologia, um número ideal de linhas e projetos de pesquisa. Também não há um número ideal de docentes por linha, mas espera-se que não haja grande desequilíbrio nessa distribuição e que cada linha seja definida por algo mais do que a atividade de um único docente. Ou seja, uma linha de pesquisa de um Programa de Pós Graduação não se confunde com uma linha de pesquisa individual. Pressupõe, ao menos, dois docentes. Por um lado, não há impedimento de um docente participar de mais de uma linha de pesquisa; por outro lado, espera-se que todos os docentes permanentes desenvolvam atividade de pesquisa vinculada a alguma das linhas

propostas.

A proposta deve descrever o conjunto de competências esperadas do egresso do programa. Tais competências devem embasar as decisões relacionadas à estrutura curricular proposta para o curso. A proposta deve assegurar, de forma clara: a) uma sólida formação teórica e metodológica compatível com as especificidades da área de concentração escolhida; b) o desenvolvimento de habilidades para a docência, em função da natureza do doutorado; c) a formação de pesquisadores autônomos, capazes de liderar grupos de pesquisa em suas temáticas de estudo.

No tocante à definição de áreas de concentração e linhas de pesquisa, a Área de Psicologia se caracteriza pela diversidade na forma como conceitua seu objeto de estudo e de contextos em que fenômenos psicológicos são estudados. Então, a Psicologia, como ciência e como profissão, adota como princípio o reconhecimento de que não pode prescindir de considerar a existência de interfaces estreitas com inúmeras outras áreas de conhecimento e de práticas profissionais. Tais interfaces envolvem o campo das ciências biológicas (psicobiologia, psicofarmacologia, psicologia evolucionista, etologia e neurociências, por exemplo), têm pontos de ligação com todo o espectro das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, história em temáticas como violência ou em campos como o da Psicologia Cultural e da Psicologia Comunitária), articulam-se de diversas formas com a área da saúde (saúde mental, saúde do trabalhador, psicologia hospitalar, gerontologia, adesão a tratamentos, dependências químicas, dor, entre outros temas), conectam-se com todo o espectro das ciências sociais aplicadas (na área das organizações, trabalho, educação, comunicação, trânsito, interação com o universo da informática, economia, direito) e alcançam os domínios da literatura, da linguística e das artes. Muitas dessas interfaces já constituem campos de pesquisa reconhecidos e com tradição construída, como é o caso da Psicologia Ambiental com fortes interfaces com a Geografia, a Arquitetura, a Ecologia. Impraticável citar todas as interfaces possíveis, posto serem inúmeras e abrangerem todas as subáreas da Psicologia.

Os programas da Área comportam, portanto, arranjos diversos que incorporam fenômenos e processos que, necessariamente, requerem abordagem conjunta com outros campos de conhecimento e de práticas. Nesse sentido, ao se avaliar a pertinência de uma proposta à Área de Psicologia, não há exigências ou critérios que restrinjam a possibilidade de exame e aprovação, em caso de mérito, de propostas de cursos que abracem uma perspectiva interdisciplinar na qual a presença da Psicologia seja indispensável e esteja bem justificada. No conjunto de cursos da Área de Psicologia já existem alguns que abraçam tal perspectiva interdisciplinar ou multiprofissional, elemento que os caracteriza como inovadores e potencializadores de análises mais ricas de complexos fenômenos. Tal quadro está refletido, por exemplo, no Qualis de Periódicos da Área, no qual o volume de publicações originárias de áreas outras que não apenas a própria Psicologia é muito expressivo. Da mesma forma, a Área avalia positivamente a constituição de um corpo docente com formação diversificada que possa, em associação com Doutores em Psicologia, aprofundar o conhecimento ou a capacidade de lidar com fenômenos biopsicossociais e com problemas diversos que envolvem comportamento individual, grupos, aspectos ambientais, instituições e contextos sociais, econômicos e culturais em suas múltiplas e complexas inter-relações.

A **estrutura curricular** do Programa deve ser informada detalhadamente na proposta. Sua apresentação deve abranger o conjunto de componentes curriculares previstos ao longo do curso, incluindo disciplinas, estágios em pesquisa, estágio docente, seminários e outras atividades que podem ser criadas. É indispensável que essa estrutura esteja bem articulada com os demais elementos da proposta, garantindo a formação nas linhas de pesquisa definidas e em acordo com os objetivos declarados. Espera-se que o Programa detalhe na proposta quais são os componentes curriculares obrigatórios para todos os alunos, quais os componentes curriculares que suportam cada linha de pesquisa (que podem ser obrigatórios de linha ou optativos) e quais os componentes curriculares optativos que possibilitam ao aluno o contato com conteúdos não definidos estritamente pela linha de pesquisa em que sua formação estará concentrada. A formação para a atividade de ensino também deve envolver experiências de aprendizagem que vão além do estágio docente, (muitas vezes sequer incorporado como um componente obrigatório), a exemplo de componentes curriculares que coloquem o aluno em contato com métodos de ensino, novas tecnologias educacionais, programação e avaliação do processo ensino-aprendizagem, discussões sobre diretrizes curriculares, entre outros possíveis. Portanto, é imprescindível que o percurso típico do aluno de mestrado fique ilustrado na proposta e que este seja compatível com os seus demais elementos.

Não há uma recomendação da área de Psicologia quanto ao número mínimo ou ideal de créditos em disciplinas. Recomenda-se, porém, que a estrutura curricular seja dimensionada de modo compatível com o tempo previsto para a formação. Isso poderá ser verificado com maior clareza se o projeto apresentar também uma descrição da evolução curricular, ou seja, da expectativa de cumprimento dos componentes curriculares a cada semestre do curso.

Na descrição dos **componentes curriculares**, o aplicativo APCN prevê apenas campo para cadastro de disciplinas. Recomenda-se, então, que os componentes curriculares diferentes sejam inseridos nesse campo, explicando-se a natureza da atividade de formação. Recomenda-se, também, especial atenção na descrição das

ementas e bibliografias. Ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino). Não consistem meramente da descrição do programa, ou da enumeração de suas unidades, mas sintetizam conteúdos que se desdobram nas unidades programáticas. As bibliografias devem ser bem dimensionadas e atualizadas, sendo condizentes com um curso de pós-graduação stricto sensu e não de disciplinas de um curso de graduação. Elas devem permitir avaliar se o aluno está entrando em contato com a produção científica clássica e mais recente que é relevante para cada campo específico abarcado pela ementa.

CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A criação de um Programa requer a existência de um núcleo de docentes em dedicação integral às atividades acadêmicas. Considerando a expansão da PG na Área e o quantitativos de doutores em Psicologia e áreas afins que o sistema já oferece à sociedade, a Área estabelece que novas propostas de cursos devem ser integradas por no mínimo 10 docentes permanentes. A Área, no entanto, considerando as assimetrias regionais e as assimetrias entre subáreas que a integram, aceita propostas com um mínimo de 8 docentes permanentes, para Estados e/ou sub-regiões com menor desenvolvimento da pós-graduação e para subáreas com menor cobertura do sistema atual. Esta condição deve ser atendida nas propostas submetidas à apreciação. No caso em que o curso de Doutorado esteja sendo proposto a partir de um curso de Mestrado já existente, ele poderá ser integrado por parte do corpo docente do mestrado, respeitando os limites acima definidos.

Deve ficar claro que a ideia de dedicação integral a atividades acadêmicas abarca atividades na graduação, sendo recomendável que o docente da pós-graduação atue também em atividades de ensino e de orientação de iniciação científica, junto aos alunos de graduação. Espera-se que exista um núcleo de docentes permanentes com carga horária integral dedicada à instituição, das quais pelo menos 20 horas semanais sejam dedicadas ao Programa. É possível, também, que parte do corpo docente (não a maioria) possa ter vínculo empregatício com outras IES e que dediquem entre 10 e 20 horas semanais ao novo Programa.

É recomendável que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando seus temas centrais de pesquisa, a participação em atividades que revelam liderança na área (editoração de periódicos, consultorias, participação na gestão de entidades etc.), intercâmbio e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a congruência do docente com as linhas de pesquisa, a maturidade do corpo docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem-sucedidos.

O corpo docente deve ser composto por professores doutores com titulação obtida em Programas brasileiros recomendados pela CAPES ou, se obtida em Programas estrangeiros, revalidada por Programa recomendado.

Segundo a legislação vigente, os docentes de um Programa de Pós-Graduação são caracterizados como professores permanentes, visitantes e colaboradores. O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta. O mesmo documento define que um docente pode ser permanente em até 3 Programas, desde que a sua carga horária total não ultrapasse 40 horas semanais. Quando houver, na proposta, professores permanentes externos à instituição proponente, deve ficar claro qual o papel desses docentes no programa. Como nas propostas de Mestrado acadêmicos, o percentual de 30% é o limite para que a proposta não seja caracterizada como de associação entre instituições.

A Psicologia, na avaliação de novas propostas, considera em relação à composição do corpo docente que ele atenda os seguintes requisitos: a) 70% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral ao programa, não atuando em outros programas como permanente; b) 30% deve ser a proporção máxima de docentes colaboradores no total do corpo docente, excluindo-se desse total os professores visitantes; c) no máximo 30% de docentes permanentes participando de até dois outros programas como permanentes. Quando o docente permanente participa de um segundo ou terceiro programa, é necessário que a proposta revele como serão compatibilizados os encargos de orientação e pesquisa no curso proposto com as demais obrigações assumidas na instituição.

O núcleo permanente deve incluir docentes com experiência de orientação de dissertações ou teses em Psicologia ou em áreas afins, sendo recomendável ter sido concluídas pelo menos duas orientações de mestrado antes que o professor passe a orientar teses de doutorado. Exceções são admissíveis, principalmente em instituições situadas em regiões de pouca tradição em pós-graduação. Espera-se, também, que os docentes propostos para o novo Programa apresentem indicadores de produção bibliográfica consistentes ao longo dos últimos três anos.

O corpo docente não deve ser todo ele composto por recém-doutores ou todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos – e

são muitos os casos – são bem-vindos.

As características de várias subáreas da Psicologia tornam admissível que a titulação de alguns docentes orientadores não tenha sido obtida exatamente em algum setor da Psicologia. É inaceitável, no entanto, uma proposta de criação de novo Programa ancorada em um conjunto de docentes em que predominem titulados em outras áreas que não a Psicologia, a ponto de descaracterizar a formação pós-graduada na área.

É desejável que a proposta esteja estruturada de forma a garantir, após a completa implantação do Programa, que cada orientador trabalhe com um número de orientandos apropriado para resultar, em condições reais, titulação em prazos aceitáveis pela área (até 48 meses para Doutorado). Ao mesmo tempo, é desejável que o potencial de orientação não seja subaproveitado, uma vez que ainda há carência de titulados em nosso país. Sugerimos que o número de vagas seja definido de forma que, após a completa implantação do Programa, o número médio de alunos por orientador (docente permanente) permaneça na faixa de 4 a 8.

Finalmente é importante, desde o seu início, que o programa apresente os critérios que utilizará para credenciar e recredenciar docentes. Tais critérios devem ser, necessariamente, congruentes com o corpo docente inicialmente proposto para o Programa.

ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O grupo de docentes, como um todo, deve apresentar evidências de consolidação em atividades de pesquisa nos últimos três anos, o que pode ser explicitado com a indicação de projetos de pesquisa e orientações de iniciação científica e dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado concluídas ou em andamento e, especialmente, com bons indicadores de produção científica.

É desejável que os docentes estejam engajados em grupos de pesquisa consolidados na instituição. Nesse sentido, a proposta deve apresentar evidências de que os docentes já possuem uma trajetória de trabalho em colaboração, que justifique a articulação das linhas de pesquisa do Programa.

As atividades de pesquisa, explicitadas nos projetos de pesquisa em desenvolvimento, devem guardar coerência com as linhas de pesquisa nas quais se inserem. Isto não impede, todavia, que existam, em número reduzido, projetos de pesquisa isolados que reflitam interesses peculiares de docentes e que contribuam para a formação discente, ou mesmo como embrião para criação de uma futura linha de pesquisa.

É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do corpo docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

Conquanto as atividades de extensão e transferência de conhecimentos e tecnologias sejam importantes para a Pós-Graduação, é esperado que os projetos desta natureza não sejam apresentados como projetos de pesquisa, salvo as situações em que pesquisa e extensão estiverem efetivamente integradas.

Espera-se que cada docente permanente seja coordenador de pelo menos um projeto de pesquisa congruente com a linha em que se insere. Um docente pode coordenar mais de um projeto assim como ser participante de um projeto coordenado por um colega. Os professores colaboradores também devem estar envolvidos com atividade de pesquisa, mesmo que como participantes de projetos coordenados por outros docentes.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual do grupo proponente de um Curso de Doutorado deve ser expressiva, quantitativa e qualitativamente (aferida com base nos Qualis periódico e livros da área), de modo a evidenciar a maturidade científica do corpo docente. Assim, a produção relatada na proposta deve atender os critérios de desempenho dos Programas avaliados com nota 4 na mais recente avaliação. Assim, diferentemente da situação de proposta de um curso novo de mestrado acadêmico ou profissional, nas quais se faz uma avaliação do potencial, no caso de uma nova proposta de doutorado é realizada uma avaliação do desempenho do grupo em termos de produção intelectual.

Como produção intelectual a área privilegia: artigos publicados em periódicos, livros, organização de livros e capítulos. Trabalhos completos em Anais de eventos científicos, embora importantes por revelarem a participação dos docentes em eventos científicos, não são incluídos na avaliação. Tais trabalhos completos não são considerados produção bibliográfica final, portanto podem ser publicadas no futuro como artigos ou capítulos de livro. Os artigos publicados são classificados a partir do Qualis Periódico da Área, observando-se, especialmente, a proporção de itens nos estratos mais elevados (A1 a B1). Na produção em livros e capítulos verifica-se se os itens envolvem a divulgação de pesquisa e a editora do volume. Para além da produção registrada nos últimos três anos, devem ser incluídas na proposta até cinco (5) produções, consideradas as mais importantes da vida acadêmica do docente, que tenham sido realizadas em data anterior ao período de três anos. Na avaliação da produção bibliográfica do grupo, trabalha-se, tendo como horizonte ou parâmetro de comparação, a produção dos Programas com cursos de doutorado novos e com nota 4 já existentes. No caso de propostas de doutorado que nascem de cursos de mestrado já em funcionamento na Área, o desempenho na última avaliação no quesito de produção acadêmica será considerado como elementos importante na decisão sobre a abertura do doutorado.

É importante assinalar que a produção dos docentes colaboradores é, também, considerada para subsidiar a avaliação da sua pertinência à proposta de curso.

A presença de alguns professores mais produtivos, que possam exercer a liderança do grupo, não exige os demais integrantes do corpo docente de apresentar produção sistemática e qualificada.

É recomendável conhecer os indicadores de produção na área, constantes nos relatórios das avaliações e dos seminários de acompanhamento, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento. Os relatórios das avaliações constantes na página da Área no site da Capes, informam com detalhes o perfil de produção dos Programas com diferentes notas. Consultar tal documento pode fornecer elementos para avaliar previamente a pertinência da produção incluída na proposta, tendo como parâmetro mínimo programas de nota 4.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Infraestrutura de ensino e pesquisa (laboratórios, biblioteca, acesso à internet)

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *online*.

Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa.

O cumprimento de tais exigências é imprescindível.

Apoio Institucional e condições oferecidas pela IES para o curso.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

Não é aceitável que a Instituição apresente uma proposta de curso sem ter em seus quadros de pessoal os docentes propostos.

OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposição de novos cursos na área de Psicologia deve observar os critérios definidos para o Sistema de Pós-Graduação como um todo e aqueles adotados pela área de Psicologia em particular. Recomenda-se aos grupos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da área, disponíveis na página eletrônica da CAPES, que explicitam os critérios empregados na avaliação. Recomenda-se, especialmente, que o grupo proponente examine seu perfil em relação às características de organização e desempenho dos Programas atualmente recomendados na área, informações também disponíveis na página eletrônica da CAPES.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, é imprescindível que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do corpo docente permanente.

Recomendações Adicionais

a) Espera-se que a abertura de um curso de Doutorado amplie uma base existente de produção de conhecimento e de formação de novos docentes e pesquisadores. A proposta deve ser explícita quanto às características dessa base e das atividades de formação já em andamento e por serem incrementadas nos diferentes níveis. Propostas de cursos de Doutorado devem informar a atuação do grupo na formação em nível de Mestrado.

b) A proposta de um novo curso de Doutorado não depende necessariamente da existência de um mestrado acadêmico, podendo surgir da associação entre diferentes IES. A situação mais comum, no entanto, é que a criação do nível de Doutorado tenha como fundamento um Programa com o nível de Mestrado consolidado, com um núcleo docente altamente qualificado, com experiência anterior nas diversas atividades relacionadas à pós-graduação, suficiente em termos quantitativos para atender às exigências do novo nível proposto. Tal núcleo docente deve estar organizado em grupos de pesquisa estruturados e produtivos. A proposta deve articular de forma coerente os dois níveis do Programa.

c) Exceto em casos em que há um corpo docente altamente qualificado, produtivo e experiente, a área entende que deve ser proposta, inicialmente, a criação do nível de Mestrado. O Doutorado deve ser proposto assim que houver evidência de consolidação desse primeiro nível, confirmada por boa avaliação.

d) Caso já exista algum outro Programa de Pós-Graduação em Psicologia na mesma instituição, deve haver a preocupação de especificar com clareza em que aspectos o novo Programa proposto diferencia-se do já existente, de forma a garantir que não haverá superposição de subáreas e de linhas de pesquisa.

MESTRADO PROFISIONAL

PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

O mestrado profissional, como regulamentado na legislação vigente, volta-se para promover a formação de profissionais com alta qualificação técnico-científica e com experiências que atendam às necessidades locais, regionais e nacionais. A proposta deve apresentar articulação consistente da produção de conhecimento e de inovação voltadas à solução de problemas humanos e propor formação que inclua a familiarização com as atividades estabelecidas no campo da pesquisa científica e de inovação da Área.

Uma proposta de Mestrado Profissional na área de Psicologia deve, pelo menos, articular de modo consistente:

- a. uma estrutura bem estabelecida de produção de conhecimento, de inovação e de intervenção voltada à solução de problemas humanos,
- b. uma estrutura de formação que contemple a familiarização com as atividades estabelecidas no campo da

pesquisa científica, da inovação e da intervenção,

c. uma concepção bem demarcada (não genérica) das demandas a serem atendidas e

d. um corpo docente diferencialmente qualificado no campo da ciência, da inovação e da inserção no campo circunscrito pela proposta.

Com tais características, a proposta estaria suficientemente diferenciada de iniciativas de criação de Mestrados Acadêmicos, e da atualização profissional, como aquelas promovidas por cursos de especialização.

A oferta de um Mestrado Profissional deve integrar forte qualificação científica com a competência tecnológica, em particular com experiências de inovação que representem a articulação da atividade regular de produção de conhecimento com o desenvolvimento de soluções para problemas concretos com os quais determinados setores sociais lidam no cotidiano, além da competência técnico-profissional, preferencialmente (não exclusivamente) testada no mundo do trabalho não acadêmico. Tais competências possibilitarão a qualificação de quadros profissionais para a apropriação e/ou produção de conhecimento de ponta relevante para a atuação frente a determinadas demandas sociais e para a transferência desse conhecimento para o segmento atendido. O nível de qualificação alcançado deve superar expressivamente a qualidade ofertada nos melhores cursos de atualização profissional, até pela complexidade do conhecimento, das competências e habilidades esperadas dos mestrados ao final do curso.

A proposta de Mestrado profissional deve apresentar uma justificativa que revele a relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso com destaque para o desenvolvimento de conhecimento aplicado e tecnologias que permitam aos egressos atender a demandas sociais específicas, tendo como lastro uma sólida formação científica.

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem os objetivos, a área de concentração, linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Esses elementos devem estar bem definidos, articulados uns com os outros de modo coerente e devem ser consistentes com a base de pesquisa do grupo proponente.

Os **projetos de pesquisa** em andamento constituem a base da proposta e são definidos pela atividade de pesquisa dos docentes. Isto é, devem refletir a prática instalada de pesquisa e não propostas dissociadas ou apenas projetadas dessa prática. Os projetos de pesquisa devem ser descritos sinteticamente, porém substantivamente, isto é, informando seus problemas ou objetivos, base conceitual, métodos e expectativas de desenvolvimento. Espera-se que os projetos de pesquisa em uma proposta de MP tenham sobretudo o caráter aplicado, lidando com problemas que a realidade do exercício profissional coloca para a produção de conhecimento e intervenção.

As **linhas de pesquisa/atuação profissional** constituem uma referência (temática, teórico-metodológica, de contextos, entre outras) à qual conjuntos de projetos são pertinentes. O grau de abrangência de uma linha de pesquisa/atuação profissional depende do arranjo de projetos que se acomodam sob aquela mesma referência.

A **área de concentração** reflete o horizonte de interesses investigativos do grupo. O grau de abrangência de uma área de concentração depende das linhas de pesquisa definidas para o Programa, embora não se limite a elas. Uma área de concentração deve ter uma generalidade que acomoda a capacidade atual de pesquisa do grupo, ao mesmo tempo em que admite a incorporação de novas linhas pertinentes ao mesmo horizonte de investigações.

A amplitude de uma área de concentração e de cada linha de pesquisa depende da realidade da atividade de pesquisa do grupo proponente. O importante é que esses elementos da proposta estejam articulados e apresentados de modo coerente.

Eventualmente, uma referência que funciona como linha de pesquisa para um Programa pode ser mais adequada como área de concentração para outro. Diferente dos Programas acadêmicos, os MP devem possuir focos mais específicos e, portanto, devem circunscrever campos de atuação mais delimitados. Assim, não se espera áreas de concentração definidas genericamente como "Psicologia". Os subcampos de atuação profissional podem ser o ponto de partida para definição das Áreas de concentração.

A duração de um projeto de pesquisa é determinada, ao passo que linhas de pesquisa subsistem a projetos específicos. Ao longo de sua história, um Programa pode desativar linhas e criar novas linhas, havendo, contudo, a necessidade de justificar a mudança. Espera-se que a área de concentração, por sua vez, tenha permanência, visto que mudanças em área de concentração implicam instituir uma nova proposta de curso.

Não há, para a área de Psicologia, um número ideal de linhas e projetos de pesquisa. Também não há um número ideal de docentes por linha de pesquisa, mas espera-se que não haja grande desequilíbrio nessa distribuição e que cada linha seja definida por algo mais do que a atividade de um único docente. Não há impedimento de um docente participar de mais de uma linha de pesquisa; por outro lado, espera-se que todos os docentes permanentes desenvolvam atividade de pesquisa vinculada a alguma das linhas propostas. Espera-se, também, que um docente não integre mais do que duas linhas de pesquisa num Programa.

A proposta deve descrever o conjunto de competências esperadas do egresso do programa. Tais competências devem descrever capacidades para aplicar conhecimentos e tecnologias geradas pela ciência para a solução de problemas. Tais competências devem embasar as decisões relacionadas à estrutura curricular proposta para o curso. É importante que o projeto revele, de forma clara: a) que assegura uma sólida formação científica e técnica compatível com as especificidades da área de concentração escolhida; b) que assegure o desenvolvimento de habilidades para a pesquisa e prática profissional.

No tocante à definição de áreas de concentração e linhas de pesquisa, a Psicologia se caracteriza por estreitas interfaces com muitos outros campos de conhecimento e de atuação profissional. Tais interfaces envolvem o campo das ciências biológicas (psicobiologia, psicofarmacologia, psicologia evolucionista, etologia e neurociências, por exemplo), têm pontos de ligação com todo o espectro das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, história em temáticas como violência ou em campos como o da Psicologia Cultural e da Psicologia Comunitária), articulam-se de diversas formas com a área da saúde (saúde mental, saúde do trabalhador, psicologia hospitalar, gerontologia, adesão a tratamentos, dependências químicas, dor, entre outros temas), conectam-se com todo o espectro das ciências sociais aplicadas (na área das organizações, trabalho, educação, comunicação, trânsito, interação com o universo da informática, economia, direito) e alcançam os domínios da literatura, da linguística e das artes. Muitas destas interfaces já constituem campos de pesquisa reconhecidos e com tradição construída, como é o caso da Psicologia Ambiental com fortes interfaces com a Geografia, a Arquitetura, a Ecologia. Impraticável citar todas as interfaces possíveis, posto serem inúmeras e abrangerem todas as subáreas da Psicologia.

Os programas profissionais da Área devem comportar, portanto, arranjos diversos que incorporam fenômenos e processos que, necessariamente, requerem abordagem conjunta com outros campos de conhecimento e de práticas. Neste sentido, ao se avaliar a pertinência de uma proposta de MP à Área de Psicologia, não há exigências ou critérios que restrinjam a possibilidade de exame e aprovação, em caso de mérito, de propostas de cursos que abracem uma perspectiva multiprofissional na qual a presença da Psicologia seja indispensável e esteja bem justificada. No conjunto de cursos da Área de Psicologia já existem alguns que abraçam tal perspectiva interdisciplinar ou multiprofissional, característica que não os desmerece diante de cursos que estejam claramente circunscritos aos campos específicos da Psicologia. Tal quadro está refletido, por exemplo, no Qualis de Periódicos da Área, no qual o volume de publicações originárias de áreas outras que não apenas a própria Psicologia é muito expressivo. Da mesma forma, a Área não avalia negativamente a constituição de um corpo docente com formação diversificada que possa, em associação com Doutores em Psicologia, aprofundar o conhecimento ou a capacidade de lidar com fenômenos biopsicossociais e com problemas diversos que envolvem comportamento individual, grupos, aspectos ambientais, instituições e contextos sociais, econômicos e culturais em suas múltiplas e complexas inter-relações.

A **estrutura curricular** do Programa deve ser informada detalhadamente na proposta. Ela deve ser coerente com as finalidades/objetivos do curso e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional. Espera-se que o Programa detalhe na proposta quais são os componentes curriculares obrigatórios para todos os alunos, quais os componentes curriculares que suportam a cada linha de pesquisa/atuação profissional (que podem ser obrigatórias de linha ou optativas) e quais os componentes curriculares optativos que possibilitam ao aluno o contato com conteúdos não definidos estritamente pela linha de pesquisa/atuação profissional em que sua formação estará concentrada. É imprescindível que o percurso típico do aluno fique ilustrado na proposta e que este seja compatível com os demais elementos da proposta. Espera-se que componentes curriculares específicos coloquem o mestrando em contato com o contexto de atuação profissional, ampliando a possibilidade de transferência de conhecimentos e tecnologias. De forma similar, espera-se que a formação para a pesquisa vá além dos fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e inclua a incorporação da postura científica na prática como forma de qualificar o exercício profissional.

Uma atenção especial deve ser dada pela proposta à diversidade de produtos que podem ser geradas pelo mestrado profissional como trabalho de conclusão de curso. Como estabelece a legislação vigente, o trabalho de conclusão pode assumir diferentes formatos para além da dissertação clássica: patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, entre outros possíveis.

Não há uma recomendação da área de Psicologia quanto ao número mínimo ou ideal de créditos em disciplinas. Recomenda-se, porém, que a estrutura curricular seja dimensionada de modo compatível com o tempo previsto para a formação. Isto poderá ser verificado com maior clareza se o projeto apresentar também uma descrição da evolução curricular, ou seja, da expectativa de cumprimento dos componentes curriculares a cada semestre do

curso.

Na descrição dos **componentes curriculares**, o aplicativo APCN prevê apenas campo para cadastro de disciplinas. Recomenda-se, então, que os componentes curriculares diferentes sejam inseridos nesse campo, explicando-se a natureza da atividade de formação. Recomenda-se, também, especial atenção na descrição das ementas e bibliografias. Ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino). Não consistem meramente da descrição do programa, ou da enumeração de suas unidades, mas sintetizam conteúdos que se desdobram nas unidades programáticas. As bibliografias devem ser bem dimensionadas e atualizadas, sendo condizentes com um curso de pós-graduação stricto sensu e não de disciplinas de um curso de graduação. Elas devem permitir avaliar se o aluno está entrando em contato com a produção científica e tecnológica clássicas e mais recentes que são relevante para cada campo específico abarcado pela ementa.

CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A criação de um Programa requer a existência de um núcleo de docentes em dedicação integral às atividades de ensino e de pesquisa. A presença de mestrados profissionais na Área de Psicologia é bastante reduzida e aquém do potencial que possui para atender as demandas de qualificação nesta modalidade de formação. Considerando, todavia, que os mestrados profissionais podem incorporar mestres e até especialistas com comprovada experiência profissional, a Área define que as propostas devem apresentar um mínimo de 10 docentes permanentes. Da mesma forma que os cursos acadêmicos, considerando as assimetrias regionais e as assimetrias entre subáreas que a integram, aceita propostas com um mínimo de 8 docentes permanentes, para Estados e/ou sub-regiões com menor desenvolvimento da pós-graduação e para subáreas com menor cobertura do sistema atual. Esta condição deve ser atendida nas propostas submetidas à apreciação. Ressalte-se que um número maior de docentes não implica necessariamente melhor avaliação.

O corpo docente do Mestrado Profissional deve possuir indicadores de produção científica e experiência na articulação entre produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias (no caso da Psicologia, tecnologias sociais, ou tecnologias para o desenvolvimento social). Atenção especial é dada ao perfil da produção técnica de todos ou de parte importante do corpo docente. Tal produção é a base para se avaliar a inserção dos docentes no contexto da prestação de serviços profissionais e, em casos específicos, ela pode justificar a inclusão de um docente na proposta apesar da reduzida produção bibliográfica acadêmica. É necessário apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. Desse modo, o corpo docente pode incluir casos que não possuam o diploma de doutorado, desde que a inclusão de mestres e especialistas seja justificada pela relevância da sua experiência profissional.

Quanto à dedicação ao curso, é aceitável que ao lado de um corpo docente integralmente dedicado ao curso, haja docentes com menor carga horária no Programa, viabilizando a participação de profissionais que não se desligam das suas atividades profissionais.

É recomendável que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando seus temas centrais de pesquisa e atuação profissional, a participação em atividades que revelam liderança na área (editoração de periódicos, consultorias, participação na gestão de entidades etc.), intercâmbio e participação em redes de pesquisa, inserção em projetos de intervenção em contextos específicos de atuação profissional. Essas informações contribuem para aferir a congruência do docente com as linhas de pesquisa/atuação profissional, a maturidade do corpo docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa e intervenção bem-sucedidos.

Segundo a legislação vigente os docentes de um Programa de Pós-Graduação são caracterizados como professores permanentes, visitantes e colaboradores. O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta. O mesmo documento define que um docente pode ser permanente em até 3 Programas, desde que a sua carga horária total não ultrapasse 40 h semanais.

A Psicologia, na avaliação de novas propostas de MP, considera em relação à composição do corpo docente que ele atenda os seguintes requisitos: a) 50% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral ao curso; b) 40% deve ser a proporção máxima de docentes colaboradores no total do corpo docente; c) no máximo 50% de docentes permanentes participando de até dois outros programas; d) até 20% dos docentes permanentes podem não ter o título de doutor. Quando o docente permanente participa de um segundo ou terceiro programa, é necessário que a proposta revele como serão compatibilizados os encargos de orientação e pesquisa no curso proposto com as

demais obrigações assumidas na instituição.

O núcleo permanente deve, preferencialmente, incluir docentes com experiência de orientação de monografias de especialização ou de dissertações ou teses em Psicologia ou em áreas afins. Exceções são admissíveis, principalmente em instituições situadas em regiões de pouca tradição em pós-graduação. Espera-se, também, que os docentes propostos para o novo Programa apresentem indicadores de produção bibliográfica e produção técnica consistentes ao longo dos últimos cinco anos. Tal perfil pode ser mesclado com profissionais com indicadores de expertise e competência na sua área de atuação que, mesmo sem maior experiência acadêmica são capazes de assegurar a formação técnica do futuro mestre.

É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo ele composto por recém-doutores ou todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um Programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos – e são muitos os casos – devem ser sempre bem-vindos.

As características de várias subáreas da Psicologia tornam admissível que a titulação de alguns docentes orientadores não tenha sido obtida exatamente em algum setor da Psicologia. É inaceitável, no entanto, uma proposta de criação de novo Programa ancorada em um conjunto de docentes em que predominem titulados em outras áreas que não a Psicologia, a ponto de descaracterizar a formação pós-graduada na área.

É desejável que a proposta esteja estruturada de forma a garantir, após a completa implantação do Programa, que cada orientador trabalhe com um número de orientandos apropriado para resultar em condições reais de titulação em prazos aceitáveis pela área (30 meses para Mestrado). Ao mesmo tempo, é desejável que o potencial de orientação não seja subaproveitado, uma vez que ainda há grande carência de titulados em nosso país. Sugerimos que o número de vagas seja definido de forma que, após a completa implantação do Programa, o número médio de alunos por orientador permaneça na faixa de 2 a 6 (independentemente de a proposta prever a implantação apenas do nível de Mestrado, ou dos níveis de Mestrado e Doutorado).

Finalmente é importante, desde o seu início, que o programa apresente os critérios que utilizará para credenciamento e descredenciamento de docentes. Tais critérios devem ser, necessariamente, congruentes com o corpo docente inicialmente proposto para o Programa.

ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa e atuação profissional.

O grupo de docentes, na sua maioria, deve apresentar evidências de engajamento em pesquisas e orientação nos últimos cinco anos, o que pode ser explicitado com a indicação de projetos de pesquisa e orientações de iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos, monografias de especialização concluídas ou em andamento.

É desejável que parte dos docentes estejam engajados em grupos de pesquisa consolidados na instituição ou, ao menos, grupos que possam comprovar engajamento em atividades de pesquisa e alguma produção. A proposta deve apresentar evidências de que os docentes já possuem alguma trajetória de trabalho em colaboração, que justifique a articulação das linhas de pesquisa do Programa. Por outro lado, é importante que parte do corpo docente, com menor vivência no contexto acadêmico de pesquisa possua forte inserção na rede de prestação de serviços profissionais.

As atividades de pesquisa, explicitadas nos projetos de pesquisa em desenvolvimento, devem guardar coerência com as linhas de pesquisa/atuação profissional nas quais se inserem e, portanto, se reportarem prioritariamente para campos da Psicologia Aplicada. Isto não impede, todavia, que existam, em número reduzido, projetos de pesquisa isolados que reflitam interesses peculiares de docentes e que contribuam para a formação discente, ou mesmo como embrião para criação de uma futura linha de pesquisa.

Para além das formas de intercâmbio acadêmico com grupos de pesquisa nacionais e internacionais, é relevante revelar as redes que articulam o corpo docente com o mundo profissional, as instituições e serviços na área de inserção do curso existentes no local, na região ou mesmo no país.

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do corpo docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

Conquanto as atividades de extensão e transferência de conhecimentos e tecnologias sejam importantes especialmente para os cursos de mestrado profissional, é esperado que os projetos desta natureza não sejam apresentados como projetos de pesquisa, salvo as situações em que pesquisa e extensão estiverem efetivamente integradas.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual é um elemento importante na avaliação de uma proposta de curso novo de mestrado profissional. A expectativa é a de que o projeto deve mostrar evidência de um corpo docente com potencial de, aprovado o curso, apresentar um padrão de produtividade compatível com o desempenho dos demais cursos novos de natureza profissional já existentes. A área de Psicologia não trabalha com uma métrica que quantifique e qualifique a produção do grupo docente e que, portanto, gere um indicador quantitativo absoluto para avaliar se é satisfatória a produção intelectual de uma nova proposta de curso. Tal avaliação é feita qualitativamente, buscando-se avaliar o potencial de incremento da produção com a implantação do curso. Trabalha-se, tendo como horizonte ou parâmetro de comparação, a produção dos cursos novos de mestrado profissional e com nota três já existentes. Trata-se, portanto, de uma avaliação de potencial mais do que de desempenho do grupo proponente do novo curso.

Assim, a análise da produção bibliográfica do corpo docente considera se há potencial de que venha a se aproximar, quando o Programa estiver em funcionamento, de níveis de desempenho compatíveis, pelo menos, com os mestrados profissionais de nível 3 já existentes na Área. Não se exige, de início, que a produção científica já seja igual a dos atuais cursos 3, já que os docentes não contam, até o momento da proposta, com a estrutura, as condições e as equipes fortalecidas com os mestrados que os programas em funcionamento dispõem.

Como produção intelectual a área privilegia: artigos publicados em periódicos, livros, organização de livros e capítulos e a produção técnica. Trabalhos completos em Anais de eventos científicos, embora importantes por revelarem a participação dos docentes em eventos científicos, não são incluídos na avaliação. Assim, a produção relatada deve incluir alguma publicação arbitrada, não podendo estar limitada aos artigos em periódicos institucionais de circulação interna, em periódicos estritamente regionais, em revistas jornalísticas ou de divulgação, ou incluir apenas livros e capítulos de livros. Não se está propondo que tais tipos de publicação sejam evitados, mas apontando que não devem predominar publicações desses tipos.

Mais do que um volume excessivo, a produção do corpo docente será examinada nos seus aspectos qualitativos. Os artigos publicados são classificados a partir do Qualis Periódico da Área, observando-se, especialmente, a proporção de itens nos estratos mais elevados (A1 a B1). Na produção em livros e capítulos verifica-se envolvimento de divulgação de pesquisa e a editora do volume. Para além da produção registrada nos últimos cinco anos, devem ser incluídas na proposta até cinco (5) produções, consideradas as mais importantes da vida acadêmica do docente, que tenham sido realizadas em data anterior ao período de cinco anos.

Tão importante quanto a produção bibliográfica, na avaliação de novas propostas de mestrados profissionais, se examina a produção técnica do grupo. A proposta, portanto, deve apresentar os indicadores de experiência na articulação entre produção de conhecimento, experiência profissional e desenvolvimento de tecnologias: incluindo-se tecnologias sociais, ou tecnologias de desenvolvimento social. Especial ênfase deve ser dada para aqueles produtos que revelem o potencial de contribuição para solução de problemas na área de atuação dos futuros mestres profissionais. São produtos técnicos considerados relevantes: relatórios de trabalhos de intervenção em contextos específicos de atuação profissional; organização de eventos de difusão de conhecimentos, editorias de revistas científicas; desenvolvimento de produtos (instrumentos de avaliação, tais como testes, inventários, escalas), registros de patentes; aplicativos e softwares específicos para a área de Psicologia; material didático (manuais, cartilhas para trabalhos de intervenção e/ou difusão; construção e manutenção de sites de difusão científica ou intervenção técnica; produção de mídias (cds, DVDs, vídeos educativos etc.); curadoria ou organização de exposições; programas de rádio e TV assim como matérias em revistas, jornais. Os itens de produtos técnicos serão avaliados qualitativamente inclusive quanto à sua pertinência às linhas de pesquisa/atuação profissional do curso proposto. O conjunto da produção técnica relatada é avaliada qualitativamente em termos de sua adequação à proposta do curso, não havendo um indicador quantitativo gerado para avaliar se ela é satisfatória ou não. Observa-se, também, a distribuição desse tipo de produção entre os docentes da proposta.

A presença de alguns professores mais produtivos, que possam exercer a liderança do grupo, não exige os demais integrantes do corpo docente de apresentar produção. Muitas vezes, o curso inicia com alguns professores muito produtivos, mas é essencial que logo em seguida os demais também mostrem produção. Os docentes devem apresentar uma produção sistemática e qualificada, esperando-se que todos os docentes tenham pelo menos, um item de produção bibliográfica e um item de produção técnica por ano nos últimos cinco anos. A produção técnica poderá compensar uma menor produção bibliográfica que, no entanto, não pode ser inexistente.

É importante assinalar que a produção dos docentes colaboradores é, também, considerada para subsidiar a avaliação da sua pertinência à proposta de curso.

É recomendável conhecer os indicadores de produção na área, constantes nos relatórios das avaliações e

dos seminários de acompanhamento, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Infraestrutura de ensino e pesquisa (laboratórios, biblioteca, acesso à internet)

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *online*.

Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa.

Para um curso de mestrado profissional é importante descrever a infraestrutura que o contexto de prestação de serviços oferecerá para o desenvolvimento das atividades de formação. Possíveis parcerias com instituições ou serviços devem ser descritas no tocante às condições que oferecerão para as atividades, sobretudo de o curso se volta para atender demandas mais específicas de qualificação de segmentos específicos de instituições interessadas. Nestes casos a proposta deverá apresentar cópia de contratos e/ou convênios por ventura celebrados entre as partes.

O cumprimento de tais exigências é imprescindível.

Apoio Institucional e condições oferecidas pela IES para o curso.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposição de novos cursos de mestrado profissional na área de Psicologia deve observar os critérios definidos para o Sistema de Pós-Graduação como um todo e aqueles adotados pela área de Psicologia em particular. Recomenda-se aos grupos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da área, disponíveis na página eletrônica da CAPES, que explicitam os critérios empregados na avaliação. Recomenda-se, especialmente, que o grupo proponente examine seu perfil em relação às características de organização e desempenho dos Programas atualmente recomendados na área, informações também disponíveis na página eletrônica da CAPES.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do corpo docente permanente.

Recomendações Adicionais

a) Espera-se que a abertura de um curso de mestrado profissional amplie uma base existente de produção de conhecimento em articulação com problemas relacionados ao exercício profissional, qualificando pessoas para melhoria dos serviços prestados a partir de uma formação como pesquisadores.

c) Na situação específica de estar sendo proposto um segundo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na mesma instituição, deve haver a preocupação de especificar com clareza em que aspectos o novo Programa proposto diferencia-se do já existente, de forma a garantir que não haverá superposição de subáreas e de linhas de pesquisa. Especialmente no caso de MP novos na mesma área em que a instituição já oferece cursos acadêmicos (mestrado e/ou doutorado), é importante que a proposta se diferencie em termos do perfil de competências esperado dos egressos, das linhas de pesquisa e sua correspondente estrutura curricular. Embora alguns professores possam ser compartilhados (sem prejuízos para a avaliação de ambos os programas) é importante que a proposta de MP incorpore novos docentes que atendem ao perfil profissional do curso.

d) É importante que as propostas contemplem medidas de planejamento para o médio prazo e de avaliação contínua dos indicadores de qualidade do Programa (incluindo critérios para credenciamento/recredenciamento de docentes).